

BOLETIM ÁGUAS EM FOCO CBH MACAÉ OSTRAS

Setembro | 2026



**VII Fórum da Sociedade Civil
amplia diálogo sobre participação
de movimentos e coletivos**



Fórum da Sociedade Civil fortalece caminhos para ampliar participação na gestão das águas

Sétima edição reuniu movimentos e coletivos e deu continuidade à construção de espaços para aproximar diferentes formas de organização social da governança hídrica da RH-VIII

Um espaço onde demandas são apresentadas, experiências são compartilhadas e propostas podem ganhar novos desdobramentos na gestão das águas. Foi com esse propósito que o VII Fórum Setorial da Sociedade Civil – Professor Elmo Amador reuniu, no último dia 03 de setembro, movimentos sociais, coletivos, instituições de ensino e integrantes da sociedade civil no Auditório da Ação Rural, em Lumiar, Nova Friburgo.

Promovido pelo CBH Macaé Ostras, o encontro teve como tema “Movimentos e Coletivos na Governança das Águas: desafios para a participação dos movimentos sociais

na gestão de recursos hídricos” e colocou em debate as dificuldades encontradas por organizações que atuam diretamente nos territórios, mas que nem sempre conseguem ocupar formalmente os espaços do sistema de gestão dos recursos hídricos.

A discussão representou também uma continuidade do caminho construído na edição anterior do Fórum. Durante a abertura, a diretora-presidente do CBH Macaé Ostras, Maria Inês Paes Ferreira, relembrou sua própria trajetória de aproximação com o Comitê e seu primeiro contato com o professor Elmo Amador, que dá nome ao evento.

A lembrança ajudou a contextualizar uma das questões centrais da programação: a existência de movimentos e coletivos que possuem experiências, conhecimentos e contribuições importantes para a gestão das águas, mas enfrentam limitações para participar formalmente do colegiado por não atenderem a determinados requisitos institucionais.

Nesse contexto, ganhou destaque o GT Movimentos e Coletivos, criado no âmbito do CBH Macaé Ostras justamente para aproximar essas organizações dos debates sobre os recursos hídricos e ampliar as possibilidades de escuta e participação.

“Hoje, para nós, é muita emoção estar com vocês, nos movimentos e nos coletivos, que também, muitas vezes, não têm CNPJ. Em razão disso, e que já era uma demanda antiga, em uma experiência pioneira no Brasil, o nosso Comitê criou esse GT, o GT Movimentos e Coletivos, para trazer vocês, dar esse espaço e dar voz a vocês”, afirmou Maria Inês durante o encontro.

Vinculado à Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social (CTEACOM), o novo GT se soma a outras iniciativas voltadas à ampliação da participação no âmbito do Comitê, como o GT Juventudes, que busca aproximar os jovens da gestão dos recursos hídricos da RH-VIII.



Da carta à criação de um novo espaço de participação

A relação entre as diferentes edições do Fórum ficou ainda mais evidente com a leitura da Carta do VI Fórum da Sociedade Civil, realizada pela coordenadora da CTEACOM, Thayná Fernandes.

Construído coletivamente no encontro anterior, realizado em Macaé, o documento reuniu preocupações relacionadas ao acesso às informações sobre os impactos de novos empreendimentos e apontou a necessidade de ampliar as condições de atuação das organizações locais. Entre as propostas apresentadas estava justamente a criação de um Grupo de Trabalho dedicado aos movimentos e coletivos.

A concretização dessa proposta demonstra como o Fórum pode ultrapassar o momento do encontro e gerar desdobramentos na própria estrutura participativa do CBH Macaé Ostras. Com o GT já constituído, a sétima edição permitiu avançar na reflexão sobre como esses grupos podem contribuir para a governança das águas mesmo diante das barreiras existentes à representação formal.

Outro momento da programação foi a roda de conversa “Perspectivas de atuação da Sociedade Civil na gestão das águas”, que reuniu diferentes experiências de mobilização social e ambiental.

Participaram Alexandra de Queiroz, do Coletivo Rio Macaé Figueira Branca; Flávia Martins, da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e Regional Serrana Leste; Matheus Tomas da Silva, da ONG SOS Praia do

Pecado; Maria Clara Adnet, da Oficina Escola As Mãos de Luz; Thayná Fernandes, da ONG SOS Praia do Pecado e do Coletivo Aroma das Estrelas; e Thiêrs Wilberger, da Casa dos Saberes e Instituto Tiê Sangue.

As diferentes trajetórias trouxeram para o encontro perspectivas relacionadas à conservação ambiental, agroecologia, educação, cultura, mobilização comunitária e defesa dos territórios, ampliando a reflexão sobre as diversas formas pelas quais a sociedade civil pode contribuir para a gestão dos recursos hídricos.

Após os debates e atividades em grupo, as principais reflexões, desafios e propostas construídas ao longo do dia foram sistematizados pelos participantes e deram origem à Carta do VII Fórum da Sociedade Civil, elaborada e lida coletivamente ao final da programação. O documento será disponibilizado, em breve, nos canais de comunicação do CBH Macaé Ostras.

Mais do que reunir diferentes atores, o Fórum Setorial da Sociedade Civil busca criar caminhos para que as experiências de quem vive e atua nos territórios também possam contribuir para uma gestão das águas cada vez mais participativa na Região Hidrográfica VIII.





Pré-FAJ - Colégio Municipal do Sana

Pré-FAJ aproxima estudantes dos debates sobre água, território e justiça ambiental

Ao longo do mês de setembro a CTEACOM percorreu dez unidades escolares da RH-VIII em preparação para a XI edição do Fórum Água e Juventude

Durante todo o mês de setembro, o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (CBH Macaé Ostras), por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social (CTEACOM), realizou uma série de atividades do Pré-FAJ, iniciativa que antecede e prepara os estudantes para a XI edição do Fórum Água e Juventude (FAJ). Ao todo, dez unidades escolares dentre os municípios de Macaé, Rio das Ostras e Nova Friburgo foram mobilizadas e receberam as atividades.

O Pré-FAJ tem como proposta aproximar os jovens dos temas que serão trabalhados durante o Fórum e estimu-

lar sua participação desde a preparação do encontro. Nas escolas, os estudantes participaram de debates e atividades voltadas à mobilização das juventudes, ampliando a reflexão sobre seu papel na construção do XI FAJ e nos debates socioambientais da Região Hidrográfica VIII (RH-VIII).

A programação teve início no dia 8 de setembro, no Colégio Estadual Professora Vanilde Natalino Mattos, no Aeroporto, em Macaé. No dia 14, as atividades chegaram à região serrana da bacia, passando pelo Colégio Estadual José Martins da Costa, em São Pedro da Serra, e pelo Colégio Estadual Carlos Maria Marchon, em Lumiar, ambos em Nova Friburgo.

Em Macaé, o Pré-FAJ também esteve no Colégio Estadual Luiz Reid, no Centro, no dia 15; no Colégio Municipal Maria Leticia dos Santos Carvalho, nos Cavaleiros, no dia 18; no Colégio Municipal do Sana, no dia 21; e na Escola Municipal Roseane de Oliveira Baptista Fernandes, na Barra do Sana, no dia 30.

Já em Rio das Ostras, participaram das atividades a Escola Municipal Inayá Moraes de Couto, no Village, no dia 23; a Escola Municipal Francisco de Assis Medeiros Rangel, no Parque Zabulão, no dia 25; e a Escola Municipal Senhorinha de Oliveira Gomes – Tia Lola, no Village, encerrando a programação no dia 29.

Juventudes construindo o Fórum

Além da preparação para o evento, o Pré-FAJ contribui para que os estudantes cheguem ao Fórum já familiarizados com as questões que estarão no centro dos debates. A proposta também fortalece o caráter participativo da iniciativa, envolvendo as juventudes no processo de mobilização e estimulando a troca de percepções a partir das diferentes realidades vivenciadas no território.

Ao longo de sua trajetória, o Fórum Água e Juventude passou a integrar o calendário de estudantes de diferentes localidades da RH-VIII. Essa aproximação com a juventude ganhou também novos espaços dentro da estrutura do Comitê com a criação do GT Juventudes, no âmbito da CTEACOM, voltado à mobilização e à sensibilização dos jovens e ao fortalecimento de sua participação nas

discussões sobre a gestão das águas.

A XI edição do Fórum Água e Juventude está marcada para o dia 23 de outubro, na Ação Rural, em Lumiar, Nova Friburgo. Neste ano, o encontro traz para o centro da programação o tema “Entre a injustiça ambiental e a fome: como o racismo ambiental afeta o acesso à água limpa, à terra e à alimentação com dignidade”.



Pré-FAJ - Colégio Estadual José Martins da Costa



Pré-FAJ - Colégio Estadual Professora Vanilde Natalino Mattos



Pré-FAJ - Escola municipal Inayá Moraes de Couto



Pré-FAJ - Colégio Municipal Maria Leticia dos Santos Carvalho



I Seminário de Restauração Florestal e Desenvolvimento Sustentável da RH-VI

CBH Macaé Ostras participa de Seminário sobre restauração de florestas e conservação das águas

Diretoria do CBH Macaé Ostras compartilhou experiências sobre recuperação ambiental, biodiversidade e funções ecossistêmicas durante seminário realizado na RH-VI

A relação entre florestas, água e recuperação dos ecossistemas esteve entre os principais temas debatidos no I Seminário de Restauração Florestal e Desenvolvimento Sustentável da Região Hidrográfica Lagos São João (RH-VI), realizado no último dia 30 de setembro, no Teatro Municipal de São Pedro da Aldeia. O CBH Macaé Ostras participou da programação contribuindo com experiências e reflexões relacionadas à restauração ecológica e à gestão dos recursos hídricos.

O Comitê foi representado pela diretora-presidente, Maria Inês Paes Ferreira, pelo vice-diretor presidente, Affonso Henrique Albuquerque, e pelo diretor-secretário, Thièrs

Wilberger. Ao longo do encontro, os três participaram de diferentes momentos de uma programação que reuniu especialistas, pesquisadores e instituições para discutir degradação ambiental, políticas públicas, biodiversidade e alternativas para a recuperação dos sistemas florestais.

Um dos espaços de intercâmbio entre as experiências desenvolvidas nas bacias hidrográficas foi o painel “Ações dos Comitês de Bacia Hidrográfica e outras iniciativas de Restauração Florestal”, mediado por Affonso Henrique. O debate apresentou diferentes possibilidades de atuação dos organismos de bacia na recuperação ambiental e contou com Maria Inês entre os palestrantes.

Em sua participação, a diretora-presidente abordou o papel dos Comitês de Bacia na promoção e no financiamento de iniciativas de restauração, apresentando também conceitos que ajudam a compreender as diferentes estratégias de recuperação da vegetação nativa, como regeneração natural, reflorestamento, reabilitação e restauração ecológica.

Maria Inês compartilhou ainda exemplos de ações desenvolvidas por Comitês de Bacia do Estado do Rio de Janeiro, aproximando a restauração florestal da gestão dos recursos hídricos. A discussão evidenciou que recuperar a vegetação e as funções dos ecossistemas também significa atuar sobre aspectos diretamente relacionados à conservação das águas.



I Seminário de Restauração Florestal e Desenvolvimento Sustentável da RH-VI



Recuperar uma floresta vai além de plantar árvores

Essa perspectiva também esteve presente nas contribuições do diretor-secretário Thiêrs Wilberger, que participou de dois painéis. No primeiro, “Degradação Ambiental em Sistemas Florestais e seus impactos”, foram debatidos os processos que comprometem a integridade desses ambientes e suas consequências para os territórios.

Posteriormente, no painel “Proposta de Recuperação de Biodiversidade e Funções Ecológicas”, Thiêrs abordou a restauração a partir de uma visão mais ampla, ressaltando que recuperar

um ecossistema não se resume ao plantio de árvores. O processo envolve restabelecer sua estrutura, biodiversidade e funções ecológicas, considerando aspectos como regeneração natural, recuperação do solo, escolha adequada das espécies e reconstrução das interações existentes no ambiente.

Outro ponto abordado foi a relação direta entre a conservação das florestas e a água. Ecossistemas florestais conservados contribuem para favorecer a infiltração da água no solo e a recarga de nascentes e aquíferos, além de auxiliar na redução dos processos erosivos e do assoreamento e na manutenção da qualidade dos recursos hídricos.



I Seminário de Restauração Florestal e Desenvolvimento Sustentável da RH-VI



Você sabia?

O que a DBO pode revelar sobre a qualidade da água?

A sigla DBO significa Demanda Bioquímica de Oxigênio. Apesar do nome parecer complicado, ela ajuda a responder uma pergunta simples: quanto oxigênio os microrganismos precisam consumir para decompor a matéria orgânica presente na água?

Restos de plantas e animais, esgoto e outros materiais orgânicos podem chegar aos rios, córregos e lagoas. Para decompor essa matéria, bactérias aeróbias utilizam o oxigênio dissolvido na água.

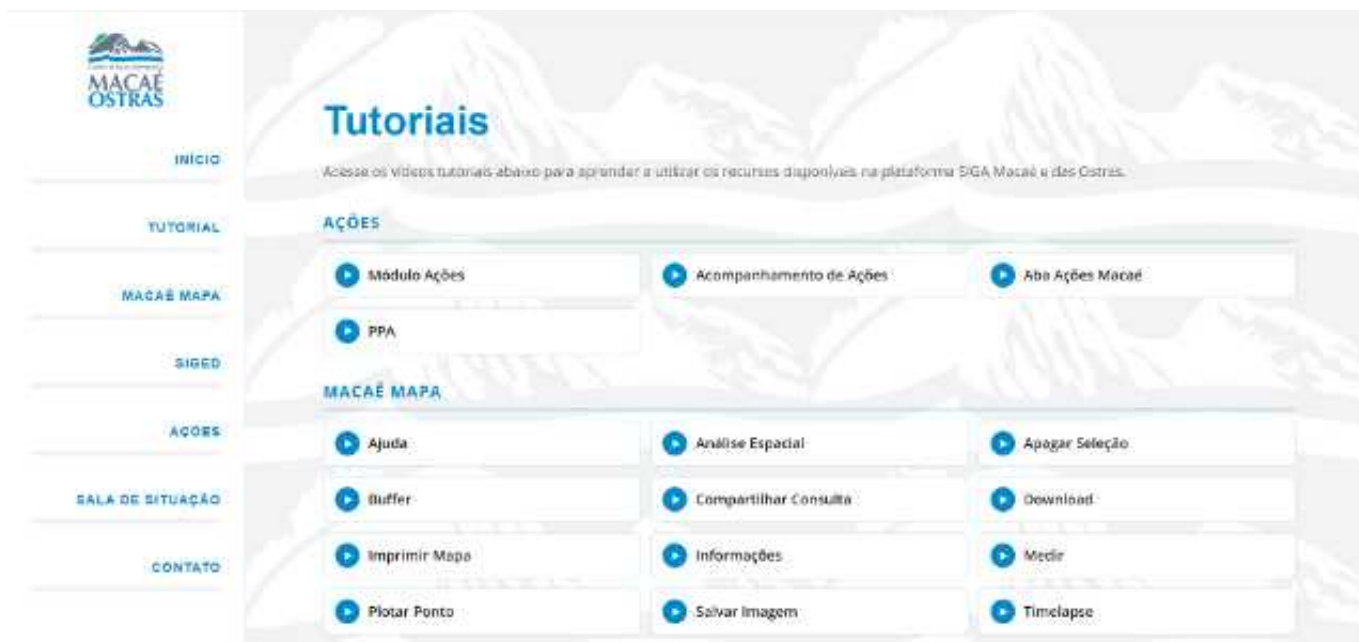
É justamente esse consumo que a DBO ajuda a medir. Quanto mais matéria orgânica, maior pode ser a DBO. De maneira geral, uma DBO elevada indica maior presença de matéria orgânica disponível para decomposição. Com mais alimento disponível, os microrganismos intensificam sua atividade e passam a consumir mais oxigênio.

Isso é importante porque o mesmo oxigênio dissolvido também é essencial para peixes e diversos outros organismos aquáticos.

Por isso, quando há uma quantidade muito elevada de matéria orgânica, o consumo de oxigênio durante a decomposição pode ser tão intenso que sua disponibilidade na água diminui significativamente. Em situações mais críticas, o oxigênio pode chegar a níveis insuficientes para sustentar determinadas formas de vida aquática.

Agora você já sabe: quando falamos em DBO, não estamos medindo diretamente a quantidade de oxigênio existente na água, mas quanto desse oxigênio é consumido pelos microrganismos para decompor a matéria orgânica.





Site SIGA Macaé e das Ostras

O Instrumento de Gestão SIGA Macaé Ostras é atualizado e amplia acesso a informações estratégicas sobre a RH-VIII

Plataforma do SIGA reúne dados atualizados sobre o Plano de Recursos Hídricos, estrutura do Comitê, Contrato de Gestão, Unidades de Conservação e instrumentos de planejamento dos municípios

O acesso a informações atualizadas sobre a gestão das águas da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (RH-VIII) ganhou um novo avanço. Durante o mês de setembro, o Sistema de Informações Geográficas e Ambientais da RH-VIII (SIGA Macaé Ostras) concluiu a atualização do Sistema de Gerenciamento de Dados (SIGED), que está com 100% de suas informações atualizadas.

O SIGED é uma das ferramentas disponíveis no SIGA Macaé Ostras e funciona como um espaço de organização e consulta de informações relacionadas à Região Hidrográfica e à

atuação do CBH Macaé Ostras. A atualização contribui para que membros do Comitê, instituições, pesquisadores e a sociedade tenham acesso a dados institucionais e documentos que auxiliam na compreensão e no acompanhamento da gestão dos recursos hídricos.

Entre os conteúdos que passaram por atualização estão as informações referentes ao processo de revisão e complementação do Plano de Recursos Hídricos da RH-VIII, principal instrumento de planejamento de longo prazo para a gestão das águas na região.

O Plano atualmente passa por um amplo processo de revisão, que envolve a atualização dos diagnósticos sobre a Região Hidrográfica e a construção das bases que orientarão as metas, programas e ações para os próximos anos. Entre os avanços mais recentes está a definição das nove Unidades Hidrológicas de Planejamento (UHPs) que serão utilizadas para organizar e espacializar os estudos da revisão, configuração referendada pela Plenária do CBH Macaé Ostras em setembro.

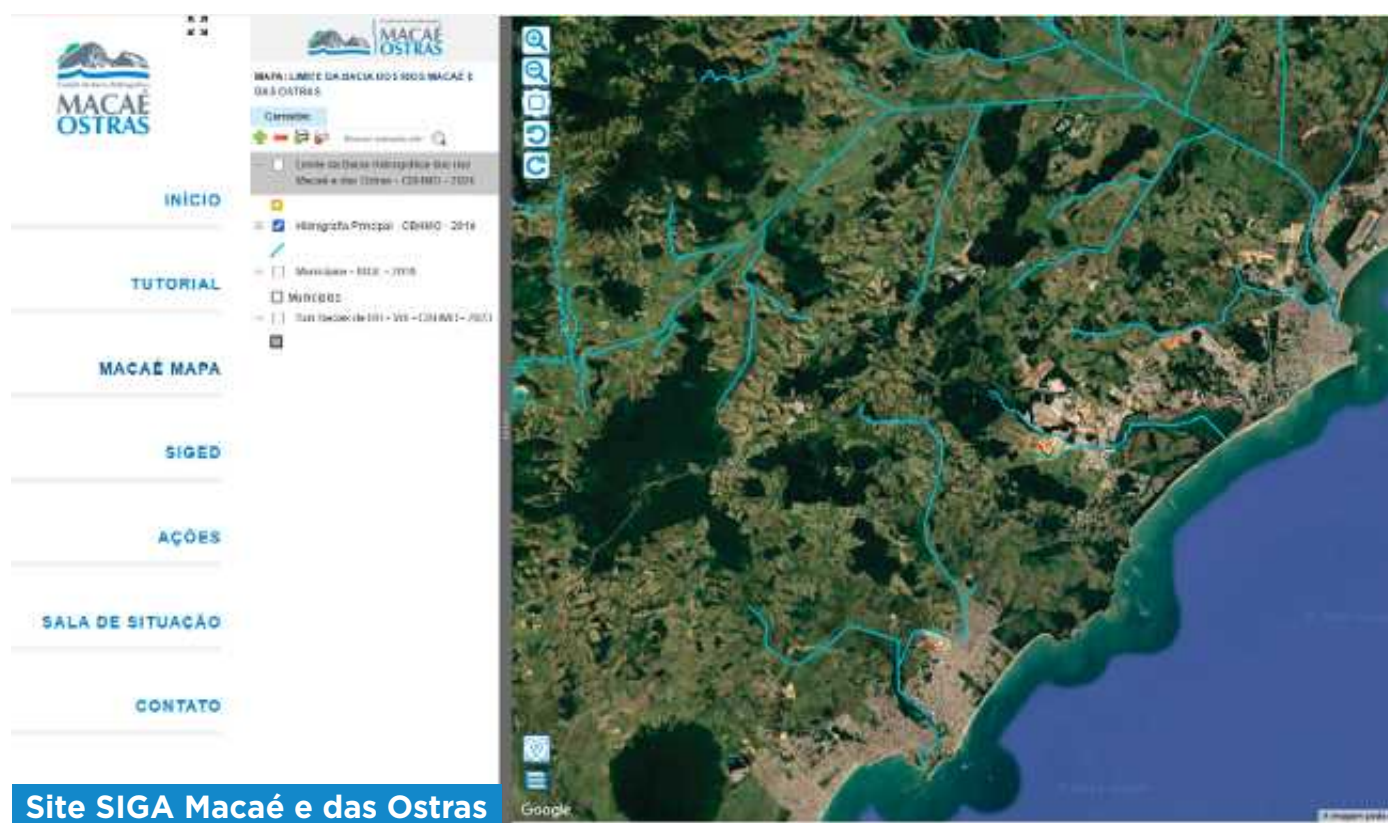
A atualização do SIGED também contemplou a atual composição e estrutura do CBH Macaé Ostras, facilitando a consulta a informações sobre a organização do colegiado e suas instâncias de participação.

Outro conteúdo atualizado diz respeito ao Contrato de Gestão nº 62/2022, instrumento que estabelece a relação entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), que exerce as

funções de Entidade Delegatária junto ao CBH Macaé Ostras. Por meio dessa estrutura, são viabilizadas atividades de apoio técnico, administrativo e operacional necessárias à execução das decisões e ações do Comitê.

O trabalho de atualização incluiu ainda novas informações sobre as Unidades de Conservação existentes na bacia, ampliando a disponibilidade de dados sobre áreas protegidas que possuem importância para a conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos hídricos da RH-VIII.

O SIGED também passa a disponibilizar informações atualizadas sobre instrumentos de planejamento dos seis municípios que possuem território inserido na Região Hidrográfica VIII: Macaé (99,78%), Rio das Ostras (96,12%), Nova Friburgo (35,92%), Casimiro de Abreu (23,82%), Conceição de Macabu (21,73%) e Carapebus (14,55%).



Reunir essas informações em um mesmo ambiente contribui para uma leitura integrada do território, considerando que a gestão das águas ultrapassa os limites municipais e está diretamente relacionada às decisões sobre ocupação e uso da terra, saneamento, conservação ambiental e desenvolvimento urbano e rural.

A atualização do SIGED integra um trabalho mais amplo de aprimoramento do SIGA Macaé Ostras, plataforma criada para organizar e disponibilizar informações geográficas, ambientais e institucionais da RH-VIII.

Nos últimos meses, outras ferramentas do sistema também vêm sendo aprimoradas. A Sala de Situação, por

exemplo, passou a reunir séries históricas de qualidade da água produzidas por diferentes projetos de monitoramento realizados na Região Hidrográfica. Já a aba “Ações” possibilita acompanhar informações relacionadas à execução física e financeira de projetos e iniciativas do CBH Macaé Ostras.

Dessa forma, além de reunir dados técnicos sobre a bacia, o SIGA contribui para ampliar a transparência e o acesso público às informações, permitindo acompanhar diferentes dimensões da gestão dos recursos hídricos e conhecer melhor as características e iniciativas desenvolvidas no território.

O conteúdo atualizado pode ser consultado na aba SIGED do SIGA Macaé: <https://sigamacae.comitemacaeostras.org.br/portal/siged.zul>



Documentos

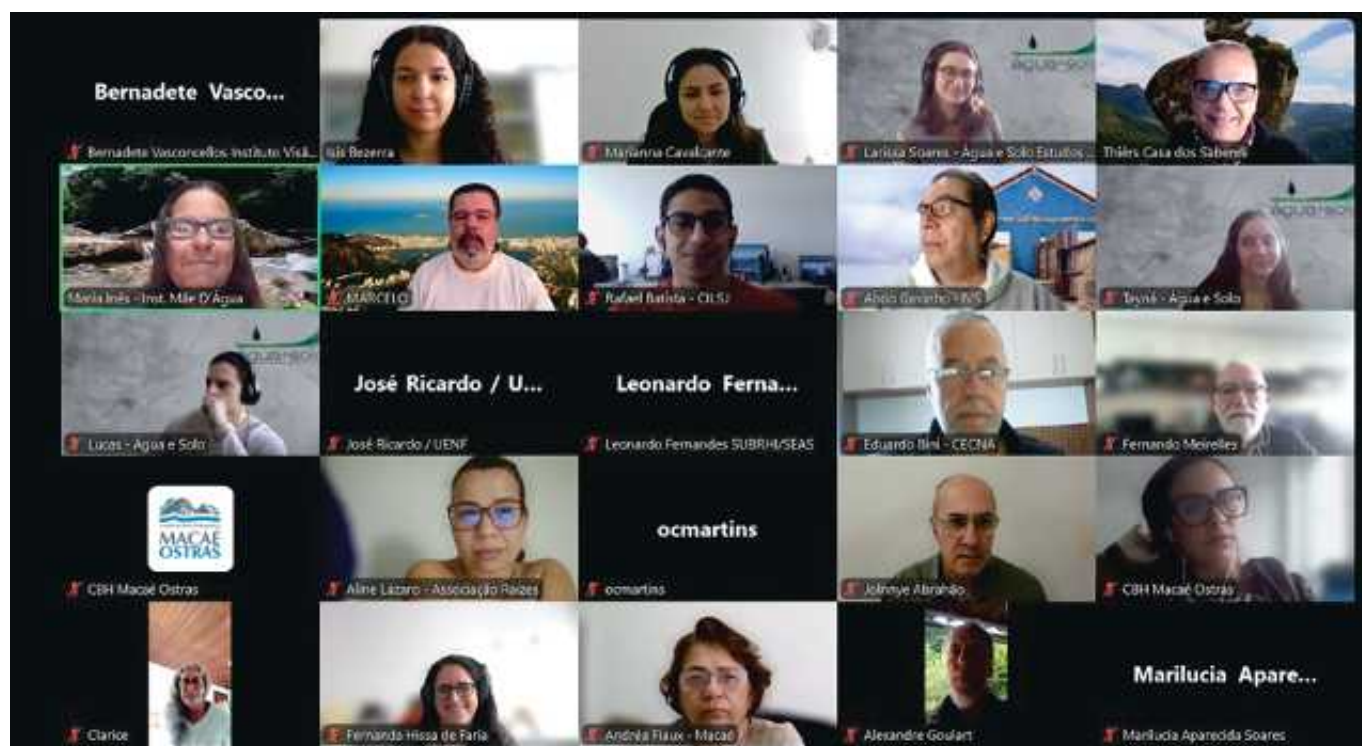
ACERVO CONTEÚDO DO ARQUIVO

- Plano de Bacia (2014)
 - Relatórios
 - Termo de Referência
- Atualização do Plano de Bacia (2026)
 - Plano de Trabalho
 - Plano de Mobilização e Comunicação Social
- Plano Plurianual de investimentos
 - 2022 - 2025
 - 2019 - 2021
 - 2018 - 2021
 - 2014 - 2017
 - 2024 - 2028
- Cobrança e Arrecadação
 - 2019
 - 2020
 - 2021

Acesse aqui

MUDANÇAS EM RELAÇÃO AS INFORMAÇÕES DE COBRANÇA E ARRECADAÇÃO

Site SIGA Macaé e das Ostras



Reunião Ordinária de Plenária

Revisão do Plano de Recursos Hídricos avança com definição de nove unidades de planejamento para a RH-VIII

Nova configuração das UHPs foi referendada pela Plenária do CBH Macaé Ostras e orientará a organização dos diagnósticos, prognósticos, metas e ações do Plano

O processo de revisão e complementação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (RH-VIII) avançou em mais uma etapa durante o mês de setembro. Em reunião realizada no último dia 17, a Plenária do CBH Macaé Ostras referendou a atualização das Unidades Hidrológicas de Planejamento (UHPs) que serão adotadas como referência territorial para o desenvolvimento dos estudos do novo Plano.

A proposta foi apresentada pela equipe técnica da Água & Solo Estudos e Projetos, empresa contratada para executar a revisão do Plano, e

estabelece uma nova configuração formada por nove UHPs, considerando as características hidrográficas e os limites oficiais atualizados da Região Hidrográfica VIII.

As UHPs são divisões territoriais utilizadas para organizar e espacializar as informações produzidas durante a elaboração do Plano de Recursos Hídricos. É a partir delas que diferentes dados e análises podem ser associados às particularidades de cada área da Região Hidrográfica, contribuindo para a construção dos diagnósticos e prognósticos e, posteriormente, para a definição de metas, programas e ações.

Por que as UHPs precisaram ser atualizadas?

De acordo com a analista técnica do Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), Fernanda Hissa, que é a fiscal do contrato da atualização do Plano, a revisão está relacionada, entre outros fatores, à atualização dos limites oficiais das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. Em 2024, a Resolução CERHI-RJ nº 279 homologou o refinamento desses limites a partir da incorporação de bases cartográficas mais recentes e da Base Hidrográfica Ottocodificada.

Com essa atualização, as unidades utilizadas no Plano de Recursos Hídricos de 2014 deixaram de apresentar plena correspondência com o atual contorno oficial da RH-VIII. Por isso, o processo de revisão exigiu uma nova análise das divisões territoriais que serão utilizadas para organizar os estudos.

Ao mesmo tempo, sempre que possível, foi preservada a correspondência com as unidades adotadas anteriormente. A medida é importante para facilitar comparações entre informações e diagnósticos produzidos no Plano de 2014 e os novos dados que estão sendo levantados durante a atual revisão.

A partir desses critérios, ficaram estabelecidas as seguintes unidades:

UHP-01 | Sub-bacia Alto Rio Macaé

UHP-02 | Sub-bacia Médio Rio Macaé

UHP-03 | Sub-bacia Baixo Rio Macaé

UHP-04 | Sub-bacia Rio Sana

UHP-05 | Sub-bacia Rio São Pedro

UHP-06 | Bacia Hidrográfica do Rio das Ostras

UHP-07 | Bacia Hidrográfica da Lagoa de Imboassica

UHP-08 | Bacia Hidrográfica da Lagoa de Jurubatiba

UHP-09 | Bacia Hidrográfica das Lagoas Costeiras de Rio das Ostras



Entre as principais mudanças em relação à configuração utilizada em 2014 está a criação de duas unidades específicas, permitindo maior detalhamento da porção costeira da Região Hidrográfica.

A UHP-08 passa a representar individualmente a área de contribuição da Lagoa de Jurubatiba. Já a criação da UHP-09 permite reunir e representar separadamente as áreas de contribuição associadas às lagoas costeiras de Rio das Ostras.

Com essa individualização, a UHP-07 passa a compreender exclusivamente a Bacia Hidrográfica da Lagoa de Imboassica, refinando a divisão territorial utilizada para analisar essa parte da RH-VIII.

Antes de sua consolidação no processo de revisão, a proposta das novas UHPs passou pelas instâncias de discussão do CBH Macaé Ostras. O referendo realizado pela Plenária representa, portanto, mais uma etapa da construção participativa do Plano, permitindo que a configuração territo-

rial fosse apreciada pelos diferentes segmentos que integram o Comitê.

A partir de agora, as nove UHPs servirão como referência para a organização e espacialização das próximas etapas da revisão, possibilitando que informações sobre disponibilidade e demanda de água, qualidade dos recursos hídricos, usos do território e demais aspectos estudados sejam analisados considerando as particularidades das diferentes áreas da RH-VIII.

Ainda de acordo com Fernanda, a definição se soma a outras atividades que vêm sendo desenvolvidas no processo de revisão e complementação do Plano, como as campanhas de monitoramento quali-quantitativo realizadas em 38 pontos da Região Hidrográfica. Em conjunto, essas informações irão contribuir para atualizar o conhecimento sobre a bacia e fundamentar os diagnósticos, prognósticos, metas e ações que orientarão a gestão dos recursos hídricos da RH-VIII nos próximos anos.





Siga as redes sociais do Plano de Recursos Hídricos da RH-VIII

Perfil @prhmacaeostras reúne conteúdos para acompanhar a revisão do Plano e conhecer, de forma simples e acessível, como é realizado o planejamento das águas da região

A revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (RH-VIII) ganhou um espaço próprio nas redes sociais! Por meio do perfil @prhmacaeostras, no Instagram, a população pode acompanhar as novidades do processo e conhecer melhor as diferentes etapas que fazem parte da construção desse

importante instrumento de planejamento.

A página foi criada para aproximar o Plano da sociedade, reunindo conteúdos informativos e didáticos sobre a revisão em andamento. Por lá, os seguidores poderão acompanhar estudos, atividades, avanços e etapas do trabalho, além de encontrar expli-

cações sobre temas e conceitos relacionados à gestão dos recursos hídricos.

E não é preciso ser especialista no assunto para acompanhar. A proposta é justamente traduzir informações técnicas para uma linguagem mais simples, ajudando a compreender como o planejamento das águas se relaciona com o território e com a vida de quem mora, trabalha, produz e utiliza os recursos hídricos da RH-VIII.

Mas, afinal, o que é o Plano de Recursos Hídricos?

O PRH é o principal instrumento de planejamento dos recursos hídricos da Região Hidrográfica. É nele que são reunidas informações sobre as águas e o território, identificados os desafios atuais e futuros e estabelecidas diretrizes, metas, programas e ações para orientar a gestão.

O Plano vigente da RH-VIII foi elaborado em 2014. Desde então, o território se transformou, novas informações foram produzidas e desafios relacionados à disponibilidade e à qualidade da água, aos diferentes usos dos recursos hídricos, às mudanças climáticas e à ocupação do território precisam ser considerados.

Por isso, o CBH Macaé Ostras está revisando e complementando o Plano, em um processo que reúne estudos técnicos e participação dos diferentes segmentos envolvidos na gestão das águas. Entre os avanços recentes está, por exemplo, a definição das nove Unidades Hidrológicas de Planejamento (UHPs) que serão utili-

zadas como referência para organizar os novos estudos da RH-VIII.

Acompanhe essa construção!

Quer entender melhor como funciona o Plano, quem participa de sua elaboração, quais estudos estão sendo realizados e quais serão os próximos passos da revisão?

Então acompanhe o perfil no Instagram: @prhmacaeostras

Siga, compartilhe os conteúdos e acompanhe de perto a construção do planejamento que ajudará a orientar o futuro da gestão das águas da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras.





Foto: Bruno Campos

Estudo destaca importância da capacidade institucional e do planejamento para o saneamento básico no Norte Fluminense

Artigo analisa municípios da região, incluindo Macaé e Rio das Ostras, e reforça o papel dos Planos Municipais de Saneamento Básico como instrumentos para o planejamento e a gestão do setor

Planejar o saneamento básico de um município vai além de definir obras e serviços. É necessário conhecer o território, estabelecer prioridades, estruturar políticas públicas e construir instrumentos capazes de orientar decisões ao longo dos anos. Essa relação entre planejamento e capacidade institucional dos municípios é um dos pontos centrais do artigo científico “A capacidade institucional dos municípios do Eixo Norte Fluminense na provisão do serviço de abasteci-

mento de água”, publicado em 2022.

O trabalho é de autoria de Juliana Santos Alves de Souza, Carlos Frederico Ribeiro e Érica Tavares, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Publicado em 2022, o estudo analisou a provisão dos serviços de saneamento básico, com atenção especial ao abastecimento de água, em 24 municípios do Norte e

Noroeste Fluminense, entre eles Macaé e Rio das Ostras.

Para desenvolver a pesquisa, os autores utilizaram dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), pesquisa documental, instrumentos legais e outras fontes, além da elaboração de mapas por meio do QGIS. O recorte territorial considerou as regiões imediatas de Campos dos Goytacazes, Macaé–Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna.

Um dos conceitos explorados pelo artigo é o de capacidade institucional, relacionado às condições que o poder público possui para planejar, organizar e executar suas atribuições. Para avaliar essa capacidade no setor de saneamento, a pesquisa adotou dois indicadores principais: a estrutura administrativa municipal e a existência dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs).

A escolha evidencia a importância atribuída ao planejamento. Segundo o estudo, a atuação municipal no saneamento demanda estrutura administrativa e técnica capaz de articular e executar políticas públicas e oferecer respostas à sociedade.

Os autores também identificaram uma realidade bastante desigual entre os municípios analisados. No levantamento utilizado no artigo, havia localidades com planos instituídos, outras em que os documentos haviam sido elaborados, mas não eram reconhecidos nas bases consultadas, além de municípios sem PMSB identificado. O próprio trabalho ressalta que a falta de informações disponíveis dificultou

uma avaliação mais completa do cenário regional.

Outro aspecto destacado é a importância da cooperação institucional. Ao analisar os planos encontrados nos municípios, o artigo identifica os Comitês de Bacia Hidrográfica como importantes parceiros e conclui que, além de uma estrutura administrativa municipal adequada, o apoio de outras instituições públicas puderam contribuir para fortalecer o planejamento do setor.

Passados quatro anos da publicação do estudo, o tema abordado pelos pesquisadores dialoga diretamente com uma iniciativa atualmente desenvolvida na Região Hidrográfica VIII: a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Rio das Ostras (PMSBRO).

Com investimento do CBH Macaé Ostras, o processo busca construir um instrumento de planejamento para o saneamento municipal considerando seus quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A elaboração do PMSBRO também evidencia uma característica importante desse tipo de instrumento: o planejamento não deve se limitar à produção de um documento técnico. Por isso, o processo vem sendo construído com etapas de participação social, permitindo incorporar ao Plano a percepção de quem vivencia diariamente as diferentes realidades do município.

Em 2026, após a realização das

Oficinas Setoriais de Diagnóstico, voltadas à identificação das condições existentes, problemas e demandas dos territórios, o trabalho avançou para a etapa de Prognóstico. Durante a última semana de agosto, novas oficinas reuniram moradores dos diferentes setores de mobilização para pensar possíveis soluções, prioridades, programas, projetos e ações para o futuro do saneamento de Rio das Ostras.

O processo participativo também vem envolvendo reuniões temáticas, como as dedicadas à Educação Ambiental e à Defesa Civil, ampliando os olhares incorporados ao planejamento e reforçando o caráter transversal do saneamento. Essa característica também aparece no artigo de 2022, que ressalta que o setor se relaciona com áreas como saúde, planejamento, infraestrutura, políticas urbanas e meio ambiente, além de possuir interface direta com a governança hídrica.

A participação do CBH Macaé Ostras na elaboração do PMSBRO está diretamente relacionada à própria gestão dos recursos hídricos. A forma como um município planeja o abastecimento, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana e os resíduos sólidos produzem reflexos sobre rios, lagoas, áreas costeiras e demais ecossistemas associados à água.

O artigo mostra, inclusive, que a participação de Comitês de Bacia na construção de instrumentos de saneamento não é uma experiência isolada.

Entre os casos analisados pelos pesquisadores está o PMSB de Macaé, finalizado em 2021 pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) em parceria com o Comitê de Bacia e uma empresa contratada.

Ao aproximar o estudo acadêmico do processo atualmente desenvolvido em Rio das Ostras, fica evidente como os Planos Municipais de Saneamento Básico podem contribuir para ampliar a capacidade de planejamento dos municípios e estabelecer diretrizes de longo prazo para um setor diretamente relacionado à qualidade de vida da população e à conservação das águas.

É justamente nessa interface entre saneamento, planejamento territorial, participação social e gestão dos recursos hídricos que o CBH Macaé Ostras vem contribuindo para a elaboração do PMSBRO, transformando conhecimento técnico e participação da sociedade em bases para pensar o futuro do saneamento no município.



Leia o artigo completo acessando o QR CODE:
<https://www.boletimpetroleoroyaltieseregiao.ucam-campos.br/index.php/bpr/article/view/139>

Quer ver o seu trabalho divulgado no nosso Boletim?

Se você desenvolveu artigo científico, TCC, dissertação, tese, pesquisa ou outro trabalho acadêmico relacionado à gestão dos recursos hídricos, educação ambiental, Política Nacional de Recursos Hídricos, conservação da natureza, bacias hidrográficas ou outros temas que dialoguem com a atuação do CBH Macaé Ostras, compartilhe com a gente.

Seu trabalho poderá ser apresentado nas próximas edições do Boletim Mensal do CBH Macaé Ostras, ajudando a aproximar a produção acadêmica da sociedade e dos debates sobre a gestão das águas na Região Hidrográfica VIII.

Envie seu trabalho para:

contato@comitemacaeostras.org.br

O conhecimento também contribui para fortalecer a gestão das águas!



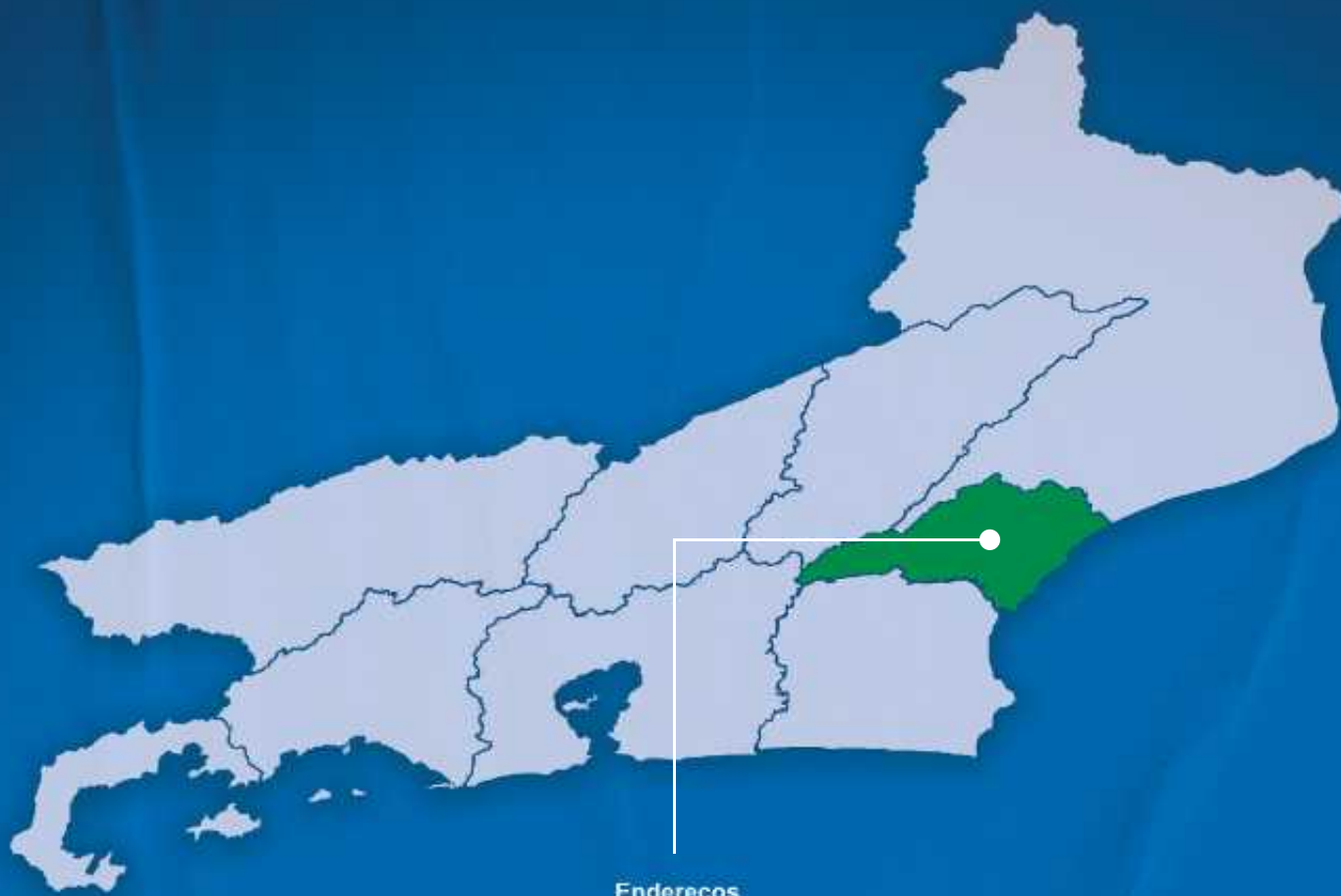
Calendário de Ações da Região Hidrográfica VIII | Outubro

01 de Outubro

**Oficina da
ONU-Habitat**

23 de Outubro

**Fórum Água
de Juventude**



Endereços

SEDE CBH MACAÉ OSTRAS

Rua Santa Catarina, 219
Sala 503, Extensão do Bosque Rio das Ostras - RJ
Tel: (22) 3034-2358

SEDE REGIONAL DO CBH MACAÉ (SALA DA APAMC EM LUMIAR)

Rua Moacir K. Brust, nº 11 - Lumiar - Nova Friburgo

SEDE DA DELEGATÁRIA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO - CILSJ

Avenida Um, nº 01, Lote 01, Quadra 11
CEP: 28.940-840
Bairro: Jardins de São Pedro
São Pedro da Aldeia, RJ
(22) 9 8841-2358

contato@comitemacaeostras.org.br
www.comitemacaeostras.org.br

